

DE QUE PRECISA PORTUGAL PARA NÃO DEPENDER DA SORTE? DE NÃO CONTAR COM ELA¹

Diz-nos a sabedoria popular que a sorte é caprichosa e diz-nos a prática que os que nela confiam são aqueles que mais lamentam a sua falta. Os homens de sucesso preferem atribuir o êxito ao trabalho, à persistência e – talvez o fator mais negligenciado – à atenção aos detalhes. Na verdade a sorte é o termo que usamos para cobrir conceitos complexos como riscos, incertezas e a incapacidade de prever o futuro inerente à condição humana.

Não obstante essa incapacidade temos mesmo de o planejar. E essa exigência, que é grande a nível individual, é muito maior para aqueles de quem depende o futuro de um país. A esses impõe-se, a todo o momento, a necessidade de optar entre anunciar perspectivas favoráveis, dando uma imagem de otimismo e de estímulo ou, em alternativa, avaliar realisticamente os fatores de risco e definir os meios e atribuir as responsabilidades indispensáveis para os defrontar.

Em Portugal, temos oscilado entre as duas posições, mas sempre na fase errada do ciclo: somos otimistas – mais exatamente despreocupados – enquanto tudo corre bem; analisamos riscos e somos obrigados a combatê-los quando o ciclo se inverte. Nessa altura agravamos o clima depressivo e a ansiedade pelo regresso à anterior despreocupação. Deste modo acentuamos os arranques e travagens em vez de os suavizar e, se é certo que temos podido contar com uma extraordinária capacidade de adaptação do país a estes solavancos, é já mais do que tempo de reconhecermos que essa escolha política é um tremendo fator de atraso que o país não merece.

A sorte pouco conta em tudo isto. O que importa é, em todas as ocasiões e em particular quando as coisas correm bem, procurar avaliar os fatores que concorrem para essa evolução, em vez de simplesmente a atribuir à clarividência dos políticos da altura. Esses fatores consistem maioritariamente em decisões tomadas antes e em condicionantes exógenas – tecnológicas e geopolíticas – em constante mutação e a que é necessário estar permanentemente atento se quisermos beneficiar delas em lugar de só tardiamente nos adaptarmos, depois de lhes sofrermos as consequências. Nisto se manifesta o verdadeiro otimismo: aquele que confia na capacidade do país para se adaptar e que promove essa adaptação.

Para isso não há que prometer nem sacrifícios nem um paternalismo que nos liberte de riscos e responsabilidades. Ao Estado compete promover a capacidade de avaliar as oportunidades e os riscos que nos rodeiam e atribuir responsabilidades pela sua assunção, ao mesmo tempo que procura maximizar as primeiras e minimizar os

¹ Artigo de opinião publicado no *Negócios*, no dia 31 de maio de 2016.

segundos. Ao fazê-lo não pode, contudo, ignorar a limitação dos seus próprios poderes, tanto no tempo como no espaço. Por um lado, as decisões tomadas hoje far-se-ão sentir no futuro e terão muitas vezes consequências indesejadas. Como lembra Jean Tirole num livro muito recente, *L'économie du bien comum*, cuja leitura fortemente se recomenda, “em economia, o inferno está cheio de boas intenções”. Por outro lado, não podemos ignorar o que se passa no mundo à nossa volta, nem contar com a indefinida benevolência de outros para ajudar a corrigir erros se nós próprios não os reconhecermos e criarmos as condições para os remediar.

Como é evidente, nada disto depende da sorte, mas disto depende um futuro digno das capacidades do país.

Teodora Cardoso

Maio de 2016